

# política social na ciência econômica germânica: gustav von schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã\*

## social policy in germany's economic sciences: gustav von schmoller and the ethical imperatives of german historiography

**Marcelo Durão Rodrigues da Cunha\*\***

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, Espírito Santo, Brasil

### RESUMO

O presente trabalho visa realizar uma introdução ao pensamento social e à ética histórica do intelectual alemão Gustav von Schmoller (1838-1917), importante membro da Associação de Política Social (Verein für Socialpolitik) e proeminente historiador econômico do Império Alemão no fim do Oitocentos e início do século XX. Realizando em um primeiro momento uma exposição biográfica explanatória, buscar-se-á, posteriormente, situar historicamente a formação da “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia no contexto intelectual do período, traçando os principais antecedentes histórico-sociais que possibilitaram a sua emergência. Em um segundo momento, visar-se-á à discussão dos pressupostos teórico-metodológicos do intelectual relacionados à questão da ética e da objetividade do saber científico em sua associação com a questão social. Por fim, considerando os debates filosóficos em torno dos “valores” nas ciências humanas e na produção do co-

### ABSTRACT

The present work intends to serve as an introduction to the social thought and the historical ethics of the German intellectual Gustav von Schmoller (1838-1917), an important member of the Social Policy Association (Verein für Socialpolitik) and a prominent historian in the German Empire by the end of the nineteenth and in the beginning of the twentieth centuries. By first releasing an explanatory biography, a historical contextualization of the forming of the so-called “New” German Historical School of Economics with the understanding of its social-historical backgrounds will then be intended. In a second part, a discussion of the scholar's theoretical and methodological presuppositions related to the issue of ethics and objectivity in the historical knowledge in its association to the social issues will latter be proposed. Finally, considering nineteenth-century philosophical debates around “values” in humanities knowledge production, Schmoller's

---

\* A escrita do presente trabalho não seria possível sem as profícuas orientações e as correções dos professores Julio Bentivoglio (PPGHIS/UFES) e Rogério Arthmar (PPGECO/PPGHIS/UFES), além do apoio institucional e financeiro da FAPES.

Submetido: 7 de fevereiro de 2014; aceito: 14 de abril de 2014.

\*\* Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. *E-mail*: marceloduraocunha@gmail.com.

nhecimento, perscrutar-se-á a posição de Schmoller diante dos desafios epistemológicos da era moderna na produção do conhecimento científico.

**Palavras-chave:** Gustav von Schmoller. Ética. Valores. Historiografia. “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia.

position against those and other epistemological challenges of the modern era will then be analyzed.

**Keywords:** Gustav von Schmoller. Ethics. Values. Historiography. Younger German Historical School of Economics.

## Introdução

Tem sido corrente na historiografia das últimas décadas um retorno àquele antigo debate em torno da questão da objetividade do conhecimento histórico e dos imperativos éticos que envolvem a pesquisa e a produção do saber historiográfico. Longe de se tratar de uma temática de simples resolução, o problema relacionado à ideia de elaboração de um saber idealmente objetivo, ou livre de subjetividades extrínsecas, remonta a uma discussão secular tanto no interior, quanto nas adjacências da disciplina histórica.

Entre as muitas e mais conhecidas contendas iniciadas em nome da referida questão, encontra-se aquela encetada pelo sociólogo alemão Max Weber, quando, em um texto escrito no ano de 1904, conclamava aos seus pares acadêmicos que abdicassem de suas preferências políticas em nome da objetividade da pesquisa e da produção do saber científico<sup>1</sup>. Naquela época a “isenção de valores” (*Wertfreiheit*) defendida por Weber encontraria fortes opositores no campo das ciências do espírito, dentre eles, Gustav von Schmoller, historiador e crítico ferrenho do ideal de “neutralidade axiológica” weberiano<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Trata-se de um artigo publicado no primeiro número do periódico dos Arquivos para Ciências Sociais e Política Social. Cf. Weber, 1904.

<sup>2</sup> Sempre bastante incompreendido na historiografia e nas ciências sociais, o conceito weberiano de neutralidade axiológica não implica de maneira alguma uma total isenção de valores na pesquisa das humanidades. Seus detratores (e aqui podemos incluir as críticas de Schmoller) e defensores tendem a exagerar a posição de Weber em ambos os sentidos. Como herdeiro da tradição neokantiana, Weber insistia na importância dos valores na formação e no proceder da pesquisa científica. Para uma melhor compreensão do conceito, conferir os trabalhos de Schluchter, 2000; Beiser, 2011; e Mata, 2013.

O embate entre os dois intelectuais ensejaria uma controvérsia acadêmica de amplas dimensões. Entretanto, por maiores que fossem as suas divergências, tanto a neutralidade axiológica weberiana, por um lado, quanto a ética histórica de Schmoller, por outro, instigavam a formulação de um ideal de ciência que possuía em seu cerne a produção de um saber objetivo. É sabido que a “controvérsia em torno dos juízos de valor” (*Werturteilsstreit*), como ficaria conhecida a adversidade entre os dois acadêmicos, teria impactos no curto e no longo prazo no campo das ciências do espírito europeias.

O envolvimento de boa parte do *mainstream* acadêmico germânico com os ideais imperialistas e belicistas do Império Alemão durante a Primeira Guerra Mundial – com todas as suas negativas consequências morais – lograria posteriormente o sucesso relativo do ideal weberiano diante das ideias de seus opositores e, sobretudo, da ética científica professada por Schmoller. Poderia se alegar que a isenção de valor defendida pelo autor de *Ciência como vocação* (1917) seria mais sensata, além de científica e politicamente mais responsável, do que o tipo de ética gnosiológica que havia levado ao vociferante nacionalismo de alguns dos professores políticos criticados por Weber em sua obra. Tudo levava a crer que Schmoller, pelo menos em tese, havia perdido aquele debate.

Todavia, a experiência histórica do século XX seria crucial no sentido de aclarar o nível de complexidade daquelas questões, e eventos como a Segunda Guerra Mundial e o Shoah serviriam para minar de forma radical as antigas referências morais e epistemológicas que haviam orientado os debates na ciência ocidental até então. Como falar em imparcialidade ou isenção de valores em uma narrativa que trouxesse à tona o sofrimento e a morte de milhões de seres humanos? Quais as consequências de uma produção historiográfica politicamente neutra ou demasiado distante de questões ainda latentes no presente? Não estaria uma produção historiográfica essencialmente preocupada com a objetividade fadada a uma nociva forma de apatia política?

A noção de “neutralidade axiológica” passara por um crivo histórico que lhe outorgara o terminante invólucro da ingenuidade. A partir de então, seria preciso retomar algumas questões morais que havia muito não figuravam no centro dos debates de historiadores e cientistas sociais na Europa e no Novo Mundo. Ao fim e ao cabo, Schmoller havia sido subestimado. Em suas obras e em seu debate com Weber, o histo-

riador econômico defendera um ideal de saber científico que levara em consideração aqueles ideais de ética e responsabilidade social tão caros à sociedade ocidental em sua caminhada pelo século XX.

Mas sobre qual tipo de ética falara Schmoller? Quais seriam, em sua opinião, as possibilidades de posicionamento do historiador diante da problemática da produção de um saber cientificamente objetivo? Quais os pilares para a formação da sua noção de responsabilidade social e por que tais questões caberiam justamente à ciência econômica alemã oitocentista? Uma resposta a tais questionamentos obviamente não seria suficiente para esclarecer por completo o amplo e multifacetado pensamento da geração de intelectuais da qual Schmoller fora o principal porta-voz. De todo modo, uma incursão à problemática em tela nos permitiria esclarecer alguns daqueles elementos em torno do pensamento histórico-econômico alemão que dizem respeito a questões de consciência moral ainda em voga em debates contemporâneos.

Um olhar mais atento sobre a obra de Schmoller e suas digressões referentes à questão da ética científica nos revela uma opinião um tanto distinta daquela simplória redução realizada pela economia política nos anos subsequentes à sua morte. O autor reconhece, por exemplo, a inexistência da total subjetividade dos juízos de valor, afirmando em contrapartida a subsistência, nestes, de valores objetivos, “compartilhados não apenas por simples indivíduos e eruditos, mas por grandes comunidades, povos, épocas e até mesmo por todo o mundo civilizado” (Schmoller apud Mata, 2013, p. 111).

Em outros termos, segundo Schmoller, seria um erro considerar como passível de análise científica apenas o empiricamente exato, negando, em nome de tal precisão analítica, toda a ética ou certas formas e campos morais, tal qual, em sua opinião, era almejado pela proposta weberiana. O que o intelectual esperava do sujeito em face das idiossincrasias de tal operação epistemológica apenas pode ser compreendido a partir de uma melhor aproximação de seu trabalho e da sua maneira de conceber a ética e o mundo ao seu redor.

Longe de afirmar que a solução ética tal qual pretendida por Schmoller seria a resposta mais adequada aos dilemas teórico-morais da disciplina histórica contemporânea, visamos nas páginas que seguem apenas iluminar alguns pontos do pensamento teórico de um autor que julgamos central à compreensão de tais discussões.

Para tal, realizamos uma curta biografia intelectual de Schmoller, em que buscamos situar sua vida e obra no contexto da Alemanha imperial, relacionando sua trajetória pessoal aos problemas e discussões acadêmicos vivenciados ao longo de sua carreira como professor e pesquisador. Em seguida, optamos por estender a análise a uma perspectiva mais ampla, buscando compreender os fundamentos históricos que permitiram a formação de uma ética própria à “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia no quadro do desenvolvimento socioeconômico do Império Alemão.

Na terceira parte, realizamos um estudo acerca da concepção de ética em Schmoller, analisando como a ideia de responsabilidade social influenciou a sua forma de enxergar a produção do saber científico. A partir de um melhor entendimento acerca da especificidade do pensamento do intelectual, acreditamos ser possível compreender os contornos de suas proposições acerca da ética e da reforma social.

Por fim, consideraremos o pano de fundo dos debates epistemológicos que propiciaram o surgimento dos “valores” enquanto objeto de análise das ciências culturais e ponto de contenda no pensamento filosófico alemão pós-hegeliano. Tal exercício nos permitirá situar e compreender as ideias de Schmoller no interior das discussões a respeito da ética científica e social no contexto da crise de pensamento que assolará as ciências do espírito em fins do Oitocentos.

Restringindo-nos à análise de suas noções básicas do conceito e apenas a suas proposições teórico-metodológicas em torno da ética, acreditamos ser capazes de trazer um pouco mais de combustível ao debate a respeito da consciência individual do historiador e aquele senso de responsabilidade na historiografia que tão frequentemente vem à tona nos principais debates historiográficos dentro e fora do Brasil.

Cabe acrescentar que, nas páginas que seguem, não foi buscada uma leitura pormenorizada e exaustiva do tema. Procurando tecer uma introdução aos escritos do autor em destaque, optamos pelo recorte de apenas um aspecto de seu trabalho – sobretudo sua obra mais tardia – de modo a perfazer os objetivos supracitados. Salientamos finalmente que a provocação e o levantamento de questões por parte do público leitor iria ao encontro dos objetivos principais pretendidos com a escrita deste trabalho, de modo que este pudesse contribuir com os inúmeros

esforços de compreensão da historiografia alemã surgidos na historiografia brasileira nos últimos anos.

## **Gustav von Schmoller: escrita histórica e política social**

Nascido no estado de Baden-Württemberg, em um período de intensa disputa de mercados entre Prússia e Áustria sobre os territórios da Confederação Alemã, Gustav Friedrich Schmoller cresceu sob influência direta daquilo que alguns anos antes do seu nascimento fora concebido como o Zollverein (1834), a União Aduaneira entre Estados Alemães que servira para estimular a economia local e a ligação entre os estados sulinos com o restante da Confederação.

Seu pai, Friedrich Schmoller, gozava desde 1833 do prestigioso cargo público de gerente administrativo de assuntos fiscais do estado de Baden, posto que garantia ao jovem Gustav as bases necessárias para a conclusão do seu *Gymnasium* em Stuttgart no ano de 1856. No inverno do ano seguinte, ele seguiria para Tübingen, onde iniciaria, na universidade local, seus estudos de administração pública, ou a ciência cameralística (*Kameralwissenschaften*), como conhecido na cultura universitária alemã do período (Ringer, 2000, p. 127).

A experiência prévia que tivera ao auxiliar seu pai no escritório de trabalho facilitara em grande medida o contato de Schmoller com disciplinas tais quais o direito administrativo, o direito estatal e as finanças públicas. Bastante em sintonia com o modelo universitário alemão, que permitia naquele momento uma formação acadêmica deveras interdisciplinar e plural, o estudante tivera contato com temáticas das ciências naturais, da filosofia e da história.

Essa combinação de distintas disciplinas seria perceptível já em seu primeiro trabalho, intitulado *Um estudo sobre as perspectivas econômicas no tempo da Reforma*, uma obra de economia com forte influência de preceitos das ciências históricas, que lhe garantiria, além do título de doutor, uma publicação no *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, no ano de 1860. Dois anos depois Schmoller enfrentaria sua primeira intriga política, após a publicação de *O comércio francês e seus oponentes: a palavra de um alemão sulino*, em que se opunha a uma eventual entrada da Áus-

tria no Zollverein, posicionando-se, desse modo, na contramão de boa parte da opinião pública de seu estado.

Esse controverso posicionamento político eliminara quaisquer esperanças de nomeação para um cargo público em Baden, mas em contrapartida lhe garantiria a amizade e a proteção de Rudolph von Delbrück (1817-1903), político prussiano que anos mais tarde se tornaria o “braço direito” de Otto von Bismarck na administração da Confederação Alemã do Norte.

Após dois anos de viagens pela Europa, Schmoller seria convidado em 1864 a assumir uma cátedra na tradicional Universidade de Halle. No fim do mesmo ano e já no início de 1865, publicava uma série de artigos para o famoso anuário *Preussische Jahrbücher*, conhecido por suas posições nacionalistas favoráveis à hegemonia prussiana na Alemanha (Borchardt, 2007, p. 260). Em tais publicações ficam claras as duas principais frentes de batalha nas quais Schmoller se envolveria a partir de então. Por um lado, o intelectual combatia as ideias dos “liberais de Manchester”, por outro, o socialismo de Marx e Lassalle, cujas tendências revolucionárias condenava como inúteis no auxílio ou à compreensão da situação dos trabalhadores alemães na modernidade.

Na segunda metade dos anos 1860, Schmoller se dedicou com bastante veemência ao estudo da constituição, administração e economia do estado prussiano, em que o seu interesse maior se dava pela análise do período do reinado de Frederico Guilherme I (1713-1740). Foi também nesses anos que escreveu a obra “História do comércio varejista alemão no século XIX” (1870), em que descrevia os pequenos comércios alemães como “necessários fatores de estabilidade político-social”, defendendo também “a inovação, a cooperação e os órgãos administrativos de autorregulação” (Schmoller, 1870, p. 683).

Aquela década assistiria a queda das últimas restrições às alianças comerciais nos estados alemães, e em 1869 a liberdade de comércio (*Gewerbefreiheit*) foi implementada no código comercial da Confederação Alemã do Norte. As advertências e discordâncias de Schmoller quanto a irrestritas liberdades comerciais incomodavam os membros do Kongress für Volkswirte (Congresso dos Economistas Alemães), que possuíam orientações do liberalismo de Manchester e influências do pensamento de Adam Smith (Anderson, 1971, p. 152). É no contexto de tais discordâncias que Heinrich Oppenheim, proeminente membro do referido

Congresso, cunharia o termo “socialistas de cátedra” (*Kathedersozialisten*) para referir-se pejorativamente a Schmoller e a todos aqueles intelectuais que defendiam um suposto antiliberalismo do intervencionismo estatal (Borchardt, 2007, p. 261).

Em 1873 o intelectual participaria ativamente da fundação da Verein für Socialpolitik (Associação de Política Social) em Einsenach, que surgira em grande medida como resultado daqueles debates da década anterior. Schmoller permaneceu por muitos anos como presidente da Associação, que exerceu forte influência sobre a política econômica alemã do período e que (após uma interrupção entre os anos de 1936 e 1948) mantém suas atividades até os dias atuais.

Ainda naquele ano, Schmoller recebeu o convite para atuar na recém-fundada Universidade de Estrasburgo, escrevendo logo em seguida o trabalho *Die Straßburger Tucher- und Weberzunft*. Suas ligações com a Prússia, contudo, não foram desfeitas, de modo que o autor realizava visitas constantes aos Arquivos Prussianos em Berlim e contribuía frequentemente com publicações nos *Preussische Jahrbücher* (Anderson, 1971, p. 153). Em seus ensaios e palestras, o “socialista de cátedra” demonstrava defender plenamente a ideia de justiça social. Para Schmoller parecia clara a possibilidade de elevar a cultura das classes baixas a partir de um tipo de progresso social que não necessitasse de qualquer tipo de revolução socialista.

O autor alemão esforçava-se por centrar boa parte de sua argumentação teórica em uma base ético-moral. Por muitos anos, seu conceito de *Kulturwerten* (valores culturais) teve amplo respaldo entre a intelectualidade alemã do *fin de siècle*. Apesar das críticas que uma nova concepção histórico-filosófica da ética e da moral passava a trazer, as ideias de Schmoller sobre a necessidade de um estado socialmente ativo atraíam com muita frequência a defesa de políticos e colegas de profissão.

O prestígio de suas ideias entre intelectuais como Heinrich von Treitschke e políticos como Bismarck, lograram a Schmoller o posto de professor na Universidade de Berlim em 1882. Na capital alemã ele publicou uma série de importantes ensaios sobre a economia política da Prússia-Brandemburgo na época do mercantilismo (Anderson, 1971, p. 154). Criticando a forte rejeição daquele sistema econômico pelos liberais, o autor apontava, com uma série de exemplos, como o sistema



de intervenção estatal mercantilista poderia favorecer uma harmonia social ainda melhor do que o apresentado pela política liberal.

Em 1887 ele foi empossado na Academia de Ciência Prussiana, editando no mesmo ano um volume do *Acta Borussica* com uma grande coleção de fontes sobre a política e administração estatal da Prússia. Foi também nesse período que organizou os trabalhos em torno do lançamento de um resumo dos fundamentos de sua teoria econômica e em 1900 surgiu o primeiro volume, intitulado *Grundriß der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Este foi seguido por outros números e reedições, até que em 1913, durante a escrita do seu *Charakterbilder*, Schmoller decidiu realizar uma grande revisão dos seus fundamentos, algo que pôde concluir com êxito nos últimos anos de sua carreira.

Membro desde 1884 do Conselho de Estado Prussiano, Schmoller passou a representar a Universidade de Berlim na Câmara Alta do Parlamento da Prússia, após ter assumido a Reitoria da instituição no biênio 1897-1898. Recebeu o título de doutor honorário (pela Faculdade Jurista de Breslau em 1896 e pela Faculdade Filosófica de Heidelberg em 1903), prêmios e medalhas (como a Ordem Pela Ciência de Maximilian da Bavária em 1908), além de inúmeras menções honrosas como correspondente de academias e sociedades internacionais, que o reconheciam como importante referência alemã no exterior. Em 1908 o intelectual receberia o título de nobreza por seus anos de serviços prestados ao estado alemão (Hainbuch e Tennstedt, 2010, p. 139).

Mas, para além de prêmios e honrarias, a vida pública de Schmoller também seria marcada por intrigas, polêmicas e acirrados debates tanto na academia, quanto no meio político. Por sua proeminente posição nos círculos universitários alemães, o autor do *Volkswirtschaftslehre* seria acusado de beneficiar-se politicamente, anulando ou favorecendo determinadas figuras dentro e fora de sua alçada no ambiente acadêmico germânico da época imperial (Mata, 2013, p. 112).

Schmoller também passou a defender avidamente ao longo de seu percurso intelectual interesses nacionalistas e imperialistas, sobretudo no início do século XX, como a expansão da frota naval alemã e a manutenção das colônias estrangeiras de seu país (Hainbuch e Tennstedt, 2010, p. 139). Entusiasta dos empreendimentos bélicos alemães na Primeira Guerra Mundial, o intelectual, entretanto, não viveria o suficiente para

presenciar o fim do conflito, morrendo durante uma viagem à cidade de Bad Harzburg em 1917.

Conhecido *a posteriori* como o líder da assim chamada “jovem” Escola Histórica, Schmoller opunha o que via como uma abordagem axiomático-dedutiva da economia clássica e, posteriormente, da Escola Austríaca representada pela figura de Carl Menger. Após este último ter publicado a obra *Investigações sobre o método das ciências sociais em especial referência à economia* (1883), em que criticava os métodos da Escola Histórica, teve início a conhecida controvérsia dos métodos (*Methodenstreit*), em que Schmoller defendia sua abordagem indutiva contra a proposta dedutiva abraçada pelos austríacos.

Requerendo um estudo cuidadoso, comparativo em tempo e espaço da *performance* e do fenômeno econômico geral, com foco na evolução dos processos e instituições econômicas, sua insistência na especificidade cultural da economia e na centralidade de valores na formação de trocas econômicas se manteve em forte contraste com a maior parte da economia clássica e neoclássica, de modo que sua escola de pensamento passou a ser relegada ao segundo plano nos anos 1930, sendo substituída na Alemanha pela sua sucessora, a denominada Escola de Freiburg.

De todo modo, tem sido discutido que uma das principais preocupações de Schmoller ao longo de sua vida não se deu em torno do método econômico, mas em relação à economia e política social, como forma de solucionar desafios impostos pela rápida industrialização e urbanização europeias. Ou seja, Schmoller teria sido antes de tudo um reformador social (Solem-Grimmer, 2003, p. 12). De qualquer forma, a influência do intelectual se estendeu por todo o mundo, desde o Movimento Progressista nos Estados Unidos até os reformadores sociais no Japão Meiji. Seus alunos e seguidores não alemães mais proeminentes foram William J. Ashley, W. E. B. Du Bois, Richard T. Ely, Noburu Kanai, Albion W. Small e E. R. A. Seligman.

Desde os anos 1980, o trabalho de Schmoller tem sido reavaliado em debates anglo-saxônicos e centro-europeus, encontrando algum respaldo na economia heterodoxa, especialmente nos ramos desenvolvimentista, comportamental, evolucionário e neoinstitucional da economia. Na ciência histórica, todavia, pouca atenção tem sido dada à sua concepção de história e ao etos filosófico em torno de seu método histórico-científico. O imperativo ético de seus escritos, muito debatidos

e criticados à época por Weber (Mata, 2013, p. 112), possuiu forte influência sobre o ideário da intelectualidade alemã do período, oferecendo uma sólida base de posicionamento político e entendimento da realidade por parte de seus contemporâneos.

Difícil tarefa seria a de mensurar a influência intelectual e a forma pela qual seus críticos puderam de alguma forma abalar os fundamentos da *Geschichtswissenschaft* alemã naquele início de século. Lançar-se em tal empreendimento demandaria diversos volumes e um espaço do qual não dispomos no momento. É em tais termos que nas páginas que se seguem buscamos tecer uma módica introdução aos pilares da ética teórico-metodológica de Schmoller, antecipada por um curto ensaio em torno do ambiente histórico que propiciou o surgimento de uma ética própria à geração dos “jovens” economistas alemães que lhe foram contemporâneos.

## **As questões histórico-sociais em torno da formação de uma ética própria à Nova Escola Histórica Alemã de Economia**

Em sua digressão sobre as peculiaridades do *homo academicus* germânico na transição para a modernidade, Ringer denota duas características intelectuais que distinguiam as contribuições alemãs à teoria econômica durante a maior parte do século XIX e principalmente no período de 1890 à Primeira Guerra Mundial. A primeira seria uma preferência persistente pelos métodos históricos de análise econômica; a segunda, um conjunto típico de pressupostos relativos aos objetivos de toda atividade econômica. Ambas tiveram consequências de longo alcance no domínio da política social, e ambas viriam a sofrer alguns ataques mais ou menos na virada do século (Ringer, 2000, p. 142).

De fato, aquela ênfase histórica na teoria econômica era quase tão antiga quanto a própria tradição histórica em território germânico. Entre seus precursores no início do Oitocentos, poderiam figurar Adam Müller e Friedrich List, o jurista histórico K. F. von Savigny, além de G. W. Hegel e do próprio Leopold von Ranke. A chamada Escola Histórica<sup>3</sup> de Teoria

---

<sup>3</sup> Ciente da problemática em torno de uma definição exata e inequívoca do conceito de

Econômica dividia-se comumente numa ala “mais velha” e noutra “mais nova”. O ramo mais velho remonta à década de 1840, às obras de Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies; o mais novo foi fundado por Gustav von Schmoller na década de 1870.

A Escola Histórica Alemã defendia que a matriz histórica seria a fonte central de conhecimento para todas as ações humanas em termos econômicos, já que a economia seria culturalmente determinada, e desse modo não generalizável em tempo e espaço. O grupo também rejeitava a validade universal de teoremas econômicos. Eles enxergavam a economia como o resultado de uma cuidadosa análise histórica e empírica, ao contrário de algo que adviesse da lógica e da matemática. Os correligionários de Schmoller, Etienne Laspeyres, Karl Bücher, Adolph Wagner e Georg Friedrich Knapp, alegavam preferir modelos reais, históricos, políticos, sociais e econômicos a digressões matemáticas abstratas (Shionoya, 2006, p. 1).

Ekelund e Hebert nos dão uma pista do que foi essa verdadeira “sedução” das mentes econômicas alemãs pela visão de mundo histórica, ao afirmarem que a filosofia germânica desde havia muito advogava uma abordagem “orgânica” em oposição a uma percepção individualista da economia e dos problemas sociais. É nesse sentido que homens como Roscher, Knies e List reverberavam parte da filosofia de Hegel e da jurisprudência orgânica de Savigny em busca por amplas lógicas econômicas e culturais que pudessem explicar o mundo em que viviam (Ekelund e Hebert, 2007, p. 273).

Para além de uma digressão sobre as bases teóricas do historicismo europeu feita pelos autores supracitados, contudo, interessa-nos situar as contribuições deste à formação de uma “Nova” Escola Histórica Alemã,

---

“escola histórica”, ou “escola de pensamento”, como um todo, opto por aproximar-me do que é esclarecido por Certeau, 1982, no referente à institucionalização do saber histórico – os *lugares*, as *práticas* e a *escrita* – que fundamenta a sua produção, levando em consideração o ambiente sociopolítico e as estratégias funcionais associadas a determinados sujeitos do saber. Pearson, 2002, chega a uma conclusão mais radical nesse sentido, ao afirmar que, por seus membros não (1) perguntarem as mesmas perguntas, (2) não consultarem as mesmas autoridades e (3) não chegarem a respostas idênticas, esse grupo de intelectuais alemães não poderia ser classificado como uma “escola”. No entanto, podemos concordar com Borchardt, 2002, quando este afirma que a análise de Pearson seria deveras restritiva, não considerando eventuais objetivos políticos intra e extra-acadêmicos que poderiam nortear a ação dos homens por trás do *Verein für Socialpolitik*.

em específico, àqueles elementos que nortearam a cunhagem de uma ética própria ao pensamento de Schmoller e de alguns de seus contemporâneos. Em tal tarefa, mostra-se útil o texto de Diefenbach, *Die Historische Schule der Nationalökonomie in Deutschland*, em que é feita uma introdução à temática em tela.

Diefenbach nos mostra que uma preocupação ética, ligada a uma perspectiva social – ainda que com outra conotação –, já seria identificável na obra de alguns dos *founding fathers* do pensamento histórico-econômico alemão do início do século. Na Escola Romântica de Adam Müller (1779-1829) e Carl von Haller (1769-1854), por exemplo, uma oposição ao *homo oeconomicus* dos clássicos britânicos era perceptível na ênfase que aqueles intelectuais davam aos contextos histórico-sociais na cunhagem de análises e conceitos. Um ponto central no pensamento dos românticos seria a percepção da sociedade como um organismo controlado e protegido pelo Estado em um sistema econômico de tipo corporativista, em que o equilíbrio e a justiça entre seus integrantes fossem almejados (Diefenbach, 2002, p. 2).

Já entre os assim chamamos “nacional-economistas”, a negação do *laissez-faire* smithiano se daria a partir de um foco no máximo desenvolvimento nacional, não apenas em termos econômicos, mas “espirituais” (*geistige*) e sociais. Em tal processo o Estado se colocaria como elemento coordenador central, em um tipo de protecionismo que garantisse o desenvolvimento educacional e cultural das distintas nações. É em tais termos que List e Heinrich Luden (1780-1847) – principais representantes da referida tradição – chamavam a atenção à necessidade ética de se considerar as diferenças históricas no nível de desenvolvimento dos Estados, em oposição a um tipo amoral de livre mercado, que em última instância representaria a manutenção de um *status quo* injusto para com as nações emergentes ou culturalmente distintas (Diefenbach, 2002, p. 3).

Para compreender essas peculiaridades que dizem respeito à forma de enxergar a política e as relações entre Estado e indivíduo ou entre o Estado e a ideia de formação na Alemanha oitocentista, far-se-ia necessária uma ampla digressão no campo da história intelectual e dos conceitos políticos nos territórios de língua alemã. No entanto, no espaço e à temática que nos cabe, contentar-nos-emos com uma breve – e, infelizmente, simplória – contextualização das principais ideias que culmi-

nariam em uma ética política própria à intelectualidade alemã no último quarto do século XIX.

Assim sendo, o ambiente histórico em que essa cultura política se desenvolveu seria algo como uma realidade repleta de idiossincrasias que contribuíram para o desenvolvimento de uma maneira particular de conceber o olhar científico dos alemães desde o início do Oitocentos. Após o período de restauração que se seguiu ao Congresso de Viena (1815), as forças conservadoras – tanto no norte protestante, quanto no sul católico – foram capazes de conter boa parte do ímpeto nacionalista e liberal que surgira nos territórios de língua alemã, durante os anos de ocupação napoleônica.

As revoluções ocorridas nas décadas de 1830 e 1840 seriam, em parte, respostas de membros de uma classe média ilustrada (a chamada *Bildungsbürgertum*) às medidas repressivas e à incompatibilidade de seus interesses com os das elites administrativas austríacas e prussianas. As tentativas de “compensar” essas diferenças de ambições – entendidas por Koselleck como um choque entre distintas camadas temporais – seriam refletidas principalmente nos escritos dos intelectuais e acadêmicos alemães da primeira metade do Oitocentos (Koselleck, 1967, p. 297).

Portanto, pensar historicamente em um ambiente intelectual marcado tanto pelo ímpeto quanto pelo cerceio significaria algo bastante particular do ponto de vista dos atores sociais em questão. A luta por unidade política, frustrada pela repressão e frustração de 1848, bem como a posterior abertura ao mercado europeu ocorrida nas décadas subsequentes, teriam em igual medida gerado um tipo de posição média entre os membros da burguesia letrada alemã daquele tempo. Aquilo que Krieger denomina como a “ideia alemã de liberdade” diz respeito à noção da eficácia limitada dos direitos individuais das nações atlânticas, algo que no sistema político alemão indicava não uma falha na ideia de liberdade em si, mas uma distinta noção germânica do conceito (Krieger, 1973, p. 137).

A proeminência da burocracia estatal prussiana, a subserviência dos funcionários do Estado ao poder oficial, o temor das revoltas populares e a particular posição de prestígio de uma elite intelectual “mandarim” diante da sociedade e do processo de industrialização são algumas antigas peculiaridades político-culturais que nutriram o pensamento e a visão de mundo de partes da classe média alemã em seu ingresso na

modernidade (Ringer, 2000, p. 262). É pensando no seio de tais características distintivas que poderíamos falar no desenvolvimento de uma ética própria a um setor dos estratos administrativos na Alemanha imperial (pós-1871) e no aparato teórico sobre o qual ela se alocara (Elias, 1997, p. 53).

As drásticas mudanças que assolaram a sociedade alemã em sua primeira década de unidade política abalaram os anseios de partes da *intelligentsia*, da burguesia empresarial e de amplos setores da administração pública do *Kaiserreich*. A “ascensão das máquinas e das massas” que motivaria a criação da moderna ciência social alemã no fim do século, seria primeiramente percebida como um problema pelos economistas e historiadores da primeira fase do período imperial.

A problemática sobre como conciliar os interesses dos estratos da antiga ordem social com aqueles do proletariado urbano em ascensão era corrente entre os principais escritos de economistas e pensadores sociais dentro e fora do Império Alemão. Já não era mais possível ignorar a presença das classes baixas naquela sociedade e sintomas do inchaço urbano e da massificação do ensino se faziam sentir em uma opinião pública cada vez mais descontente e temerosa quanto aos prospectos daquele tipo de desenvolvimento.

Naqueles termos, seria necessário pensar uma nova lógica de compreensão a tão drásticos processos de mudança social. À rapidez com que operavam as vicissitudes daquele tempo far-se-ia necessária uma percepção analítica coerente e em sintonia com as demandas sociais emergentes. Para tal, tanto a corrente de pensamento da economia clássica quanto o materialismo radical das ideias socialistas pareciam não dar conta do desafio de compreender e buscar soluções no curto prazo aos problemas sociais daquela realidade.

Small lembra que, após a Guerra Franco-Prussiana e a fundação do Império Alemão em janeiro de 1871, aquele impulso ético em face das demandas sociais fora retomado, principalmente no trabalho de Adolph Wagner, um dos principais expoentes do que posteriormente conveniou-se chamar de “socialismo de Estado” (Small, 1924, p. 708). Dez meses após a fundação do *Reich*, Wagner faria um discurso na Assembleia da Igreja Protestante Prussiana, em que estabelecia uma agenda de deveres morais aos intelectuais e ao Estado alemão diante dos inúmeros problemas relacionados à proletarianização e à desigualdade social. Ao fim

de sua fala, e buscando dissociar-se de um discurso radical, o professor da Universidade de Berlim conclamava aos presentes:

Eu estou claramente ciente de que não apresentei aos senhores uma solução para a questão social. Uma solução, no sentido estrito, é impossível. Para sempre, a pobreza e a miséria, a dor e o sofrimento, o bem-estar e a riqueza, existirão lado a lado neste mundo. Sempre haverá diferenças de propriedade que não poderão ser atribuídas ao mérito ou à falha pessoal. É o nosso dever, entretanto, na medida do possível, diminuir os males que crescem a partir desse fato e impedir as desvantagens existentes de se proliferarem. Se utilizarmos esses meios, nós teremos realizado a nossa tarefa, e isso, cedo ou tarde, nos será demandado. (Wagner apud Small, 1924:, p. 710)

Seria parte em resposta aos questionamentos de Wagner que em 1873 alguns dos principais representantes da Escola Histórica Alemã de Economia fundariam a Associação de Política Social (*Verein für Socialpolitik*), com o objetivo de debater questões relacionadas à teoria econômica em sua relação com a problemática social. Alguns anos depois Laspeyres escreveria o seu *Os socialistas de cátedra e os congressos de estatística* (1875) com a ambição de quantificar e operacionalizar a economia nacional, a partir de mecanismos de disciplinas auxiliares como a estatística, de modo a aperfeiçoar a disciplina econômica e adequá-la a questões da ordem do dia (Rinne, 1982, p. 660).

O mesmo caminho era seguido por Lujo Brentano (1844-1931), em sua tentativa de compreender a *Seguridade trabalhista de acordo com a ordem econômica do dia* (1879), e por Knapp, ao tentar elaborar uma *Teoria dos movimentos populacionais* (1874), obras em sintonia com questões relacionadas às demandas dos setores proletários, como os grandes fluxos migratórios e os inchaços populacionais que passavam a ser comuns naquela década.

Schmoller, tido como o mais importante representante daquele tipo de pensamento, contribuiria com *A questão social e o Estado prussiano* (1874), em que expunha as gritantes diferenças sociais entre os setores trabalhistas e as classes médias prussianas. Para além de uma crítica a uma estrutura social desigual, deficitária de oportunidades e direitos iguais aos cidadãos, o professor da Universidade de Estrasburgo criticava as condições de trabalho e a estrutura educacional do Estado da Prússia,



que julgava inadequada e anacrônica em relação às necessidades dos baixos estratos alemães:

Será que os estratos trabalhadores estão sozinhos? Será que é culpa do próprio trabalhador que ele more em cavernas e que se degrade em um animal ou em um criminoso? [...] Será que é culpa do trabalhador que ele tenha acesso a um tipo de educação escolar e técnica que não atende às suas demandas e que o mantenha abaixo dos níveis mínimos exigidos pela concorrência? (Schmoller, 1874, p. 132)

A partir da criação da Associação e do surgimento destes e de outros trabalhos, era perceptível que uma nova geração de economistas se destacava no cenário intelectual do recém-fundado Império Alemão. Para além dos seus predecessores, os “socialistas de cátedra”, como passaram a ser chamados, descartavam digressões teóricas muito amplas e focavam em um tipo de observação do real que possuía em seu cerne uma ética profissional particular.

Se, para o ideal de List e Luden, as transações econômicas se pautariam por excelência em uma ética que estabelecesse uma relação de equilíbrio político entre os Estados, para a geração de Wagner e Schmoller, a ética política estaria relacionada com as diretrizes sociais internas e a presença do Estado na solução de suas contradições intestinas.

E é justamente esse foco no papel do Estado como agente ativo na solução de entraves sociais que distinguiria boa parte das preocupações dos membros da “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia de alguns de seus contemporâneos no campo do pensamento histórico e econômico. O Estado e sua economia possuiriam a tarefa de traçar objetivos que beneficiassem o bem comum, estabelecendo uma base moral para as ações do setor privado. Do mesmo modo, o processo econômico seria visto como orgânico-social, evolutivo, e não como cíclico ou historicamente repetível. Por fim, a relação entre os interesses de determinados grupos e a pesquisa em torno das relações entre direito e economia seriam os pontos principais de interesse em comum entre os membros da escola em questão (Winkel, 1977, p. 86).

Como visto, essa situação de foco em um “Estado ético”, enquanto entidade política, possuía suas raízes nas especificidades do desenvolvimento histórico alemão, em especial no acelerado processo de industrialização e modernização das instituições e no aparato buro-

crático em fins do século XIX naquele país (Schüller e Krüsselberg, 1998, p. 66).

Ciente das multifacetadas visões que orbitavam em torno da “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia, a presente exposição visou apenas trazer à tona algumas de suas diretrizes éticas gerais e as pré-condições histórico-sociais que possibilitaram a sua emergência. Uma melhor aproximação ao cerne do problema, ou seja, em como uma legitimação teórico-política às posições descritas foi habilitada no meio intelectual alemão, será o tema dos nossos próximos pontos.

Analisando alguns escritos principais de Schmoller, almejar-se-á debater os fundamentos de sua metodologia científica e dos pressupostos analíticos que propiciaram o posicionamento da ética como principal norte de suas digressões histórico-econômicas. No que segue, acreditamos ser possível demonstrar a transcendência dos debates em torno da questão social à construção de uma ética de pesquisa científica própria ao pensamento do intelectual em tela.

## **Schmoller e a instrumentalização ético-teleológica do mundo: alguns preceitos teórico-metodológicos e sociopolíticos**

As amplas mudanças socioeconômicas ocorridas na sociedade germânica da segunda metade do século XIX acarretariam nuanças que seriam percebidas, de maneira concomitante, na já descrita guinada ética vivenciada pela “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia naquele período. Como uma basilar referência às vicissitudes epistemológicas em questão, deparamo-nos com o trabalho de Gustav von Schmoller, cuja produção acadêmica irromperia como um dos principais alicerces à citada “responsabilidade” ética dos economistas e cientistas sociais alemães de fins do século XIX.

Já mencionamos como o lugar do valor ético schmolleriano havia sido definitivamente negado pela teoria de isenção de valores (*Werfreiheit*) do então editor dos *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Max Weber. Uma análise mais minuciosa das ideias do “socialista de cátedra” mostrará, contudo, que a tese de que a ciência não deveria lidar com quaisquer julgamentos éticos não negava a abordagem ética defendida por Schmoller.

Vimos que os escritos do intelectual eram motivados pelos problemas sociais da Alemanha, quando Schmoller se preocupava com o planejamento da reforma social. Tendemos a concordar com Yuichi Shionoya, todavia, quando este reitera que os ideais sociais e políticos do autor alemão podem ser separados da estrutura formal de sua abordagem (Shionoya, 1995, p. 71). Seu tratamento de fatores éticos na economia foi suficientemente cuidadoso para dar conta de toda a estrutura de seu pensamento, e é tal estrutura ético-analítica que objetivamos perscrutar nesta terceira parte de nossa abordagem.

Em contraste com a tradição da economia britânica clássica, Schmoller acreditava que a evolução histórica das instituições deveria ser o tema de uma ciência econômica focada em costumes, leis e moral, como determinantes sociais de instituições. Ele descrevia a intenção do seu *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre* como segue:

O comportamento econômico e as instituições econômicas não deveriam derivar apenas do fenômeno do valor ou de algo como o instinto, mas seguindo a unidade das ciências humanas atuais, do poder psicológico em geral, do sentimento e do instinto, de ideias éticas, de modo que o comportamento econômico deveria ser compreendido em sua relação com a moral, o costume e as leis. (Schmoller, 1919, p. 448)

A psicologia era vista pelo intelectual como uma ciência mental e moral, como a chave à compreensão da economia política. Ao passo que o seu sistema ético aspirava a uma reconciliação entre teorias individualistas e coletivizadoras, tendo por ideal o desenvolvimento dos organismos pessoais, individuais e coletivos.

Schmoller constantemente descrevia o método próprio de investigação do fenômeno econômico como a “orientação ética”. A ética, como conhecimento e guia à ação, não deveria se basear apenas em um princípio geral abstrato de filosofia moral, devendo também ser aplicável a casos individuais, concretos da política social, para designar instituições ou organizações. Em outras palavras, a ética integraria as duas raízes da moderna economia que haviam se mantido separadas: a filosofia e a política; sendo tal integração buscada a partir de uma perspectiva histórica.

Schmoller defendia que a condição básica da cultura humana, da qual a economia faria parte, seria um sistema religioso e moral, não

podendo a vida econômica ser compreendida sem o conhecimento do desenvolvimento histórico de três normas básicas: costumes, leis e moral. Instituições econômicas ou organizações não seriam apenas naturais e técnicas, mas também psicológicas e éticas, no sentido de que o quadro social não existiria sem um consenso de valores éticos, mesmo que tais fossem tecnicamente factíveis:

Uma grande parte de toda a análise econômica tem cometido um grande erro [...], o de deduzir certas situações econômicas diretamente das primeiras séries de causas. Eles ignoraram ou superestimaram toda a estrutura intermediária [...]. Eles insistiram em deduzir de premissas técnicas ou naturais, para encontrar o que estava por trás de toda a técnica; eles asseveraram a partir de alguns fatos técnicos, que uma necessária certa ordem da vida deveria ser deduzida, ao passo que – como mostra a história – essa ordem deve ser muito diferente. Eles julgaram de forma errônea a natureza da moralidade e da lei, o poder de emoções morais e ideias culturais que de forma conjunta governam toda a economia. (Schmoller, 1874, p. 264)

A economia não deveria limitar-se apenas à análise de uma subestrutura das relações de preço e quantidade ou de uma superestrutura de leis. Ao contrário, ela deveria se tornar uma economia ética, que se pusesse em termos iguais aos da economia positiva, da teoria pura e da economia política, como a análise das relações entre política e economia.

A união entre a teoria positiva, da economia ética e da economia política seria, nas proposições de Schmoller, marcada pelo conceito de uma *Volkswirtschaftslehre* (literalmente, a “teoria econômica de um povo”), que para o historicismo seria mais do que uma *reine Wirtschaftswissenschaft* (“ciência econômica pura”), em outros termos, consistiria em uma espécie de “concepção ética da economia”, que alocava o “sentido espiritual e moral de uma comunidade” (*sittliche-geistige Gemeinbewusstsein*) no centro da análise econômica (Koslowski, 1995, p. 8).

Acreditando que apenas a pesquisa histórica extensiva poderia trazer uma compreensão ampla da realidade e tendo, ao mesmo tempo, uma aversão quase apaixonada à pesquisa construtiva meramente abstrata – com ressalvas que se dirigiam especialmente à obra de David Ricardo –, o esforço constante de Schmoller se dava no foco da complexidade dos fatos, das leis – se é que elas realmente existiam – que deveriam regê-los, e os princípios históricos que os norteavam. Consequentemente, o

problema central, o pivô científico, seria para ele a concepção histórica. É em tais termos que o autor tem sido classificado como empirista e realista, com um tipo de postura que em muitos casos se poderia associar a um tipo relativista de economia política.

Schmoller foi um dos primeiros a tentar tratar de questões econômicas dinamicamente – olhando para os fatos enquanto eles se movessem, enquanto agissem e reagissem entre si, para interpretar o fenômeno econômico, não como estático e permanente, mas como vívido e em movimento. O intelectual costumava afirmar provocativamente que, nas veias dos homens idealizados pelo antigo pensamento econômico, não corria sangue real, mas “o diluído líquido da razão” (Schmoller apud Altman, 1904, p. 83).

É em tais termos que se poderia concordar com Altman, quando este afirma que em Schmoller não haveria uma filosofia própria como base de seu trabalho, sua suspeita a respeito de quaisquer construções apriorísticas o teria mantido conscientemente afastado de tal posição epistemológica (Altman, 1904, p. 83). Essa aversão ao campo teórico o teria aproximado do que acreditava ser uma relação mais real e profunda com apenas dois lados da filosofia: a ética e a psicologia.

No âmago do programa de Schmoller, está a sua preocupação com a justiça, de modo que, tanto no início quanto no fim do seu *Grundriss*, o intelectual identificava seu estudo econômico como inseparável do bem-estar social. Ele “almejava, antes de tudo, [...] ensinar seu país e seu tempo a compreender seus problemas sociais” (Schumpeter, 1926, p. 339). A partir de tal fim, o intelectual seguiria aquele imperativo de investigar, analisar e explicar o que a economia tradicional via como dado: o desenvolvimento e a mudança moral em instituições sociais e econômicas, com as consequências da competição e as relações de poder socioeconômicas em geral.

Por moral, Schmoller não se referia aos seus próprios julgamentos morais subjetivos, mas a formas objetivas de julgamento, no sentido dos fatos históricos. Para o autor dos *Völkswirtschaftslehre*, valores éticos seriam materiais empíricos na investigação histórica da mudança institucional. Sua abordagem ética, deve-se salientar, não era uma tentativa de mesclar fatos a valores, como o haviam acusado, mas algo no sentido de lidar com valores factuais:

Quando a ética se torna mais e mais empírica, de modo que ela descreve o dever ético, a virtude e o bem, na forma do desenvolvimento histórico, ao invés de ensinar normas, os elementos de crenças e a sua função na ética naturalmente declinam. Então a ética se torna algo próximo da ciência social, ou estatal, ou o que se chama hoje em dia de sociologia. (Schmoller, 1919, p. 438)

Shionoya atenta para o fato de que, ao lidar com tais julgamentos de valores factuais, Schmoller se opunha a valores partidários defendidos por partidos políticos e classes sociais; ele almejava discutir valores universalmente válidos que se direcionavam ao interesse total da sociedade, em outros termos, àquilo que seria compartilhado por todos os seus membros em determinada época. É em tal sentido que se pode afirmar uma crença por parte do intelectual em uma espécie de unificação empírica de sistemas éticos:

Vários pontos individuais podem ser disputados, a derivação da verdade ética e a construção científica de um sistema ético, mas, nos mais importantes julgamentos de valores práticos, pessoas boas e cultas da mesma nação, na mesma idade cultural têm atingido um consenso cada vez maior. (Schmoller, 1919, p. 494)

Schmoller também assegurava que a abordagem ética não apenas ambicionava o reconhecimento de fatos morais, mas também a elaboração de uma forma teleológica. Nesse caso, o conceito de teleologia é contrastado com aquele de causalidade. Na explicação de um fenômeno, a teleologia focaria na relação entre um fim e um meio, não entre uma causa e seus efeitos. A teleologia apelaria a finalidades na explicação de ações humanas e sistemas sociais. Se uma sociedade, um grupo de indivíduos, pudesse ser vista como uma entidade unívoca, com seus próprios fins – em outras palavras, se o holismo pudesse ser assumido –, o questionamento teleológico seria possível.

Como valores morais devem governar uma sociedade em geral, a teleologia seria efetiva no estudo de uma organização institucional que incorporasse a ética. Para Schmoller o principal conteúdo da teleologia seria um princípio de justiça:

A organização econômica de uma nação não é um produto natural como pensado por muito tempo, mas principalmente o produto de visões éticas correntes sobre o que é correto e justo em relação a diferentes classes sociais. Todo o progresso na organização econômica tem sido um triunfo de ideias éticas e isso continuará a ocorrer no futuro. (Schmoller, 1890, p. 55)

Schmoller enxergava a teleologia como uma ferramenta heurística que suplementaria a ciência quando o conhecimento empírico não fosse suficiente. Ela seria útil no sentido de assumir que os indivíduos se comportam como se em termos ideias seguissem as tendências do todo:

A investigação teleológica consiste do método mais importante, pois ela apreende o fenômeno total, cujas relações causais internas não são ainda conhecidas como um todo. Ela é similar a uma investigação sistemática, no sentido de que esta última sistematiza e compreende o total do fenômeno ou da verdade de forma consistente. (Schmoller, 1919, p. 437)

Isso claramente indica o objetivo metodológico da teleologia de Schmoller, que a seu ver não possui qualquer relação com a justificativa de uma ideologia específica. Sua finalidade é prover uma visão preliminar, uma *Weltanschauung*, à proposta de prover um retrato crítico e sistemático do mundo. A teleologia de Schmoller é um caso de holismo metodológico (Shionoya, 1995, p. 71). Sua proposição assim interpretada estaria, portanto, isenta da acusação de confundir fatos com valores ou do risco de imprimir um determinismo histórico otimista, a partir da crença no progresso contínuo do homem e da sociedade.

Seria, entretanto, possível concordar com Betz quando este afirma que haveria um otimismo quase ingênuo no pensamento de Schmoller, a ponto de acreditar em uma coesão ética um tanto “inabalável” (Betz, 1995, p. 99). Essa confiança na harmonia e no progresso sociais é explicável, a nosso ver, em parte como uma crença nos inabaláveis bastiões da política e cultura alemãs, como quer Iggers (Iggers, 1983, p. 130), e, em outra parte, como uma otimista resposta aos abalos de uma discussão epistemológica ocorrida nas adjacências da disciplina histórica alemã nos últimos decênios do século XIX.

No campo da filosofia e epistemologia históricas, no interior dos debates acerca do papel do historiador e de sua disciplina no processo de modernização, tomava corpo em fins do século XIX a contenda

acerca dos “valores” como constituintes específicos das ciências humanas europeias. Nesse contexto, as ideias de filósofos como Heinrich Rickert e Wilhelm Dilthey surgiam como uma espécie de preâmbulo ao que viria a ser aquela mais acirrada “controvérsia dos valores” (*Werturteilsstreit*) de inícios do século XX. Para a compreensão dos fundamentos dessa controvérsia, é necessário remontar aos contornos do referido debate no Oitocentos. Os horizontes de tal disputa filosófica e as posições de Schmoller naquele contexto serão, portanto, o tema do nosso próximo tópico.

## **A fundamentação filosófica da ética histórica ou o “dever ser”: o debate Rickert *versus* Dilthey e o seu insumo na obra de Schmoller**

O termo “ético” e seu uso em conjunto com o adjetivo “histórico” se tornou lugar-comum ao se tratar dos esforços e características das duas primeiras gerações que compuseram a Escola Histórica Alemã de Economia. Tanto seus apoiadores quanto seus detratores se utilizaram de tal classificação sem, contudo, delinear as várias implicações de seu desígnio particular. Essa falta de precisão talvez, de algum modo, seja responsável por parte do amplo desconhecimento das contribuições desses intelectuais ao campo da pesquisa e epistemologia histórica em debates contemporâneos.

Aquele olhar ético sobre a ciência e a sociedade que marcaria a geração de acadêmicos composta por Schmoller e seus compatriotas apenas pode ser compreendido quando analisado em uma perspectiva mais abrangente, considerando, sobretudo, o significado de uma ampla reformulação das ciências do espírito, inserida em um quadro de busca por respostas e “planos de fuga” àquela atmosfera de incertezas característica do debate epistêmico de fins do século XIX. A validade do saber acadêmico e as reflexões acerca do papel da ciência na sociedade moderna levaram, na Alemanha imperial, a uma discussão que trazia à tona antigos enunciados filosóficos em torno do sentido do saber e da idiossincrática relação entre sujeito e objeto na produção do conhecimento científico.

O início da inserção dos debates sobre a ética na historiografia remete ao problema da distinção dos métodos aplicáveis às ciências da



cultura e às ciências naturais. Essa discussão, que remontava à revolta da Escola Histórica Alemã contra a tradição naturalista, ganhava naquela época uma nova roupagem nos escritos da *Lebensphilosophie* de Frierich Nietzsche e Wilhelm Dilthey e em filósofos neokantianos como Heinrich Rickert e Wilhelm Windelband. Em especial a percepção da problemática dos “valores” (*Werte*) como constituintes específicos das ciências da cultura – tanto enquanto temática de análise (objeto), quanto como princípio de seleção (sujeito) – aparecia nos escritos desses filósofos, de maneira a solucionar uma querela iniciada na filosofia pós-hegeliana desde o proposto por Rudolf Hermann Lotze (1817-1881)<sup>4</sup>.

Cientes da complexa seara atinente aos debates em questão, centrar-nos-emos, entretanto, apenas naquilo que se mostrou mais importante ao desenvolvimento da subsequente ética histórica de Schmoller – e de seu contendedor Weber –, ou seja, nas proposições de Rickert e Dilthey acerca dos valores e sua relação com a posição do sujeito na produção do conhecimento nas ciências da cultura.

Na linha do que fora dito por Lotze, os neokantianos do sudoeste alemão viam o julgamento como uma forma de acessar valores seguindo essas implicações na formulação de uma teoria das ciências culturais desenvolvidas em oposição à teoria das ciências humanas de Dilthey – muito mais influente no período. Este era o caso de Windelband, que visava excluir o uso de generalizações psicológicas da compreensão da história, propondo um contraste metodológico mais forte entre as ciências naturais e as ciências da cultura. As limitações da classificação de Windelband – em ciências nomotéticas e idiográficas – motivaram seu colega mais jovem em Freiburg, Heinrich Rickert, a superá-las a partir da consideração dos modos de formação de conceitos nas *Natur* e nas *Geistwissenschaften*.

Para Rickert, o que distinguia as ciências naturais e culturais seria o emprego de complexos universais, conhecidos como valores, para sele-

---

<sup>4</sup> A metafísica de Lotze é guiada por uma ideia do “bem” e sua teoria do valor é uma tentativa de superar o lapso na divisão entre o “ser” e o “dever ser”. Em sua *Lógica* (1874), Lotze defende que as ideias de Platão teriam sido mal interpretadas. Sua realidade não seria a da existência, mas a da validade. A distância entre o “ser” e o “dever ser” não seria, portanto, uma de dois mundos existentes, podendo ser reconsiderada em termos de relações que podem ser julgadas como válidas ou não válidas. Cf. Beiser, 2013.

cionar o seu domínio. Historiadores narrariam apenas aqueles eventos que julgavam positiva ou negativamente mais eficazes na realização de certos valores culturais. Apesar da ideia de que esses valores culturais podem definir a individualidade histórica ao combinar conceitos universais ser um aperfeiçoamento da formulação de Windelband, Rickert realizava uma inédita separação entre valores e realidade (Makkree, 1999, p. 559).

Com essa separação de valores culturais – em que a base é transcendental, mas cuja expressão é histórica –, Rickert estava convencido de que havia encontrado a maneira de superar a ruptura entre a cultura subjetiva repleta de valores e a ciência cultural livre de valores. Ao aplicar esses *insights* a problemas específicos da pesquisa histórica, Rickert fazia uma distinção bem estabelecida entre “valoração”, ou *Wertung*, e o que ele chamava de “referência de valor”, ou *Wertbeziehung*. Na linguagem rickertiana, ao selecionar um fragmento para além do *continuum* heterogêneo da história e o contextualizar no interior de uma narrativa histórica mais ampla, os historiadores se refeririam a valores, mas não estariam eles próprios emitindo juízos de valor (Bambach, 1995, p. 107).

Rickert constantemente mantinha que a avaliação prática e a referência teórica a valores seriam dois atos logicamente distintos. Nesses termos, a contenda em torno da questão do “ser” (*sein*) e do “dever ser” (*sollen*) era “solucionada” no momento em que Rickert separava realidade e valores, de modo que estes – em sua posição transcendente – pudessem servir ao julgamento de ações humanas reais.

Em uma outra perspectiva, e dialogando com a filosofia hermenêutica e a psicologia, Dilthey propunha alguns anos antes de Rickert uma ciência descritiva que pudesse articular os nexos estruturais da experiência humana. Dilthey, ao contrário de Kant e seus discípulos tardios, não tratava de uma delimitação da tarefa da razão, mas de estabelecer que essa mesma razão opera já nos limites do mundo vivido. Por isso, a tarefa de sua filosofia, do ponto de vista teórico, enquanto autorreflexão (*Selbstbesinnung*), seria o de mostrar como é possível a compreensão ou a apreensão do nexo de sentido e significação das vivências. Do ponto de vista prático, seria encontrar o modo de saber e dirigir a vida de acordo com os meios e fins estabelecidos na relação com os outros homens (Napoli, 1999, p. 75).

Para o autor de *Introdução às ciências do espírito* (1883), uma experiência vivida não seria uma simples resposta volitiva a um estímulo cogni-

tivo, mas a tentativa de avaliar a sua importância. Se um estímulo particular não possui valor para nossa vida, então nossos sentimentos nos ensinariam a não mais respondê-lo. Quando nos desenvolvemos, aprendemos a focar naqueles aspectos do mundo importantes para nós. Esse mundo estruturado mais seletivamente refletiria uma compreensão (*Verstehen*) que não seria simplesmente teórica e prática, mas também valorativa (Makkree, 1999, p. 565). Nas palavras de Dilthey:

A partir do momento que a vontade estabelece uma meta para si, suas ações entram em parte na relação de meios a um fim. Isso também envolve uma inferência da vontade. Uma decisão que propõe um meio serve como uma parte de um processo volitivo. Todas essas fórmulas regulam o sistema de atividade volitiva. Ao mesmo tempo elas podem ser usadas como material para estudar esse sistema como parte da realidade. Algumas normas se relacionam a uma meta definitiva estabelecida pela vontade. Do mesmo modo, elas formulam qual ação é requerida para atingir tais fins. Elas são normas, mas podem ao mesmo tempo ser projetadas como um importante corpo de constatações sobre a realidade da vida e da sociedade. (Dilthey, 1991, p. 422)

O nexó adquirido na vida psíquica seria, segundo Dilthey, o armazém da formação cognitiva sobre o mundo, nossas avaliações deste, e as propostas que estabelecemos para nós mesmos. Essa complexa estrutura articularia uma visão de mundo que poderia então regular nossas ações e experiências. A psicologia de Dilthey é orientada primeiramente à descrição de estruturas gerais inerentes à experiência no momento em que elas gradualmente se dirigem a um nexó adquirido mais complexo e individualizante. O significado de experiências particulares poderia ser entendido apenas com base nesse todo. A compreensão analítica seria característica das ciências humanas, contrastando com as explicações sintéticas das ciências naturais.

Portanto, para Dilthey, os valores são objeto da ação humana empírica, cujo motivo poderia ser centrado na contemplação moral. A ação mesma é para essa contemplação apenas a matéria na qual se deve reconhecer o motivo. O motivo mostra a substância da vontade. Da contemplação moral de uma ação, chega-se a um juízo sobre ela. A busca por um nexó entre o “ser” e o “dever ser” leva-o para a eticidade, que expressa a realização do fim íntimo do homem mesmo. Essa realização

ou formação completa do homem – formação de sua vida anímica – pode ser sintetizada na perseguição do homem pela perfeição. É por isso que a alma humana, segundo Dilthey, possui também o caráter teleológico (Napoli, 1999, p. 176).

Esse amplo debate sobre os valores figuraria, portanto, como pano de fundo para as digressões dos historiadores econômicos a respeito do sentido e da prática profissional das ciências humanas naquele contexto. Schmoller possuía plena ciência de tais discussões, sem hesitar em expor suas críticas e preferências teóricas pessoais. Não desconsiderando os postulados de Rickert, o intelectual se posicionaria, todavia, mais próximo do apreço pela psicologia descritiva de Dilthey.

Ao enumerar os teóricos que teriam contribuído nos últimos anos para uma reflexão metodológica eficiente a respeito da economia e das ciências humanas, Schmoller era enfático: “de todos os novos filósofos se destacam Wundt de algum modo, Dilthey de forma plena para os trabalhos da ciência do Estado e da economia dos povos, Windelband e Rickert muito pouco” (Schmoller, 1893, p. 85)<sup>5</sup>.

Estabelecidas tais inclinações e inspirações teóricas, podemos então partir para o significado filosófico da ética na prática historiográfica do autor em questão. Acreditamos que essa preferência pelos cânones da psicologia e do historicismo se explica quando relembramos os objetivos e os meios buscados por Schmoller na construção de seus preceitos teórico-metodológicos e de suas finalidades político-sociais.

Delineando o leque de preocupações e funções do estudo da economia por parte dos intelectuais em torno do *Verein für Socialpolitik*, vimos que estes se empenhavam em tornar a economia uma ciência “política”,

---

<sup>5</sup> Tanto a obra *Investigações sobre o método das ciências sociais com especial referência à economia*, de Menger, quanto a *Introdução às ciências do espírito*, de Dilthey, seriam lançadas no ano de 1883. Schmoller, que se oporia de maneira veemente às proposições teóricas de Menger, realizaria uma resenha sobre os dois trabalhos, na qual expunha de maneira clara a sua preferência pelo método compreensivo de Dilthey, contra o que considerava as abstrações dogmáticas de Menger e da Escola Austríaca: “Contudo, ele (Menger) certamente não possuirá influência como reformador, pois ele é na realidade um mero imitador (*Epigone*), que está exclusivamente inserido na lógica de Mill das ciências naturais, que segue exclusivamente velhos e abstratos dogmas [...]. Dilthey é, eu gostaria de dizer, em tudo o mais completo antípoda a Menger [...]. A notoriedade da universalidade de seu conhecimento e sua educação (*Bildung*) é igualada pela atratividade de sua concepção única das coisas, que desdenha de todos os caminhos tradicionais já superados” (Schmoller apud Schluchter, 1989, p. 475).

capaz de lidar com a “questão social”, algo que para a economia clássica, em sua visão, havia se tornado irrelevante, dado o fato de esta, aos olhos da Escola Histórica, ter perdido total congruência com a realidade.

No centro do programa de Schmoller, está a sua preocupação por justiça, de modo que, tanto no início quanto ao fim dos seus *Grundriss der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, ele identifica o objeto da economia como inseparável do bem-estar da sociedade. Um bom economista, ele defende, deveria reconhecer a ideia de desenvolvimento, considerando as forças ético-psicológicas no interior do quadro social; a economia deveria se tornar uma ciência ético-política, ao investigar as relações entre a vida econômica e o Estado, a moralidade e a religião, possibilitando uma atitude apropriadamente crítica a respeito dos fundamentos da lei natural tanto do individualismo quanto do socialismo.

Seu objeto de conhecimento seria a economia nacional, que, se propriamente destilada dos materiais do conhecimento, representaria a individualidade histórica e cultural. No interior desse quadro, a atividade econômica encontraria expressão e seria moldada por um sistema uniforme de arranjos e instituições socioeconômicas sob o guia estratégico de unidades políticas, em particular, o Estado nacional. Então a economia política deveria se ocupar em oferecer uma compreensão de tais inter-relações complexas:

Ao investigar a distribuição e não apenas a produção de mercadorias, ao analisar instituições econômicas junto com o problema do valor (e) ao tornar o homem, ao invés do mundo dos produtos e do capital, o foco da ciência, ela (a economia) se tornou novamente uma grande ciência ético-política. (Schmoller, 1904, p. 388)

Esse objetivo seria estabelecido tanto para a economia particular quanto para a geral. É a última, contudo, que nos interessa aqui, pois, em sua tentativa de analisar e explicar “a totalidade do fenômeno econômico e sua origem social última”, ela acaba por remeter a uma investigação no campo da ética e da filosofia da história” (Schmoller, 1911, p. 125).

Na busca por seus objetivos, Schmoller expressa em alguns momentos sua crença na ausência de provas a respeito de um processo de desenvolvimento coerente da natureza, da história e da sociedade humana. O necessário seria uma tentativa de explicar e trazer alguma ordem para

a imensa variedade de fenômenos socioeconômicos. Nesse momento o autor se aproxima de algo bastante parecido do proposto por Dilthey.

Ele reconhece dois tipos de seqüências causais, a natural (física ou biológica) e a ético-psicológica. Como a economia faz parte da cultura inserida no mundo da natureza, produto dos esforços culturais humanos, pode-se considerar que, com o progresso cultural, as causas ético-psicológicas se tornem relativamente mais importantes, tornando-se o foco principal para o cientista social. Todas as atividades econômicas, ele defende, estariam enraizadas nas motivações humanas (*Triebe*), sentimentos e necessidades, ou seja, em sua psique (Betz, 1995, p. 97).

Como as sensações de dor e prazer são a base e motivadores últimos de toda a ação humana, a psicologia, o elo necessário entre as ciências naturais e culturais, assume para Schmoller um papel estratégico<sup>6</sup>. Ela e a ética ajudam a prover uma explicação sobre como desejos individuais e motivos se desenvolvem em forças coletivas e em “fenômenos de massa”, como costumes, moral e leis. É a partir dessa relação entre o indivíduo e a sociedade que o elemento psicológico se desenvolve em um etos ético, e em uma hierarquia de finalidades, como refletido em instituições socioeconômicas e políticas como relações de proposta (*Zweckzusammenhänge*).

Idealmente, a análise e explicação da totalidade das inter-relações sociais e culturais deveria ser exata a ponto de ser comparável com as ciências naturais. Schmoller admite, entretanto, que as próprias complexidades causais inerentes em seu objeto de conhecimento se apresentam como um obstáculo formidável. É em tal contexto que se deve apelar ao suporte heurístico da história econômica. Mesmo que não constituindo uma teoria econômica em si, ela provê as ferramentas necessárias para auxiliar na construção de uma – em termos de descrição – classificação e comparação.

A economia política, contudo, deve também estar “subordinada à ideia de desenvolvimento” (Schmoller, 1911, p. 448) de modo a explicar o “tornar-se” da economia nacional, envolvendo uma questão de “para onde?”, a questão do progresso, e em um sentido mais ativista, o sentido

---

<sup>6</sup> Para uma melhor compreensão da importância da assim chamada “psicologia comparativa” na obra de Schmoller e de outros membros da Escola Histórica, é válido conferir o trabalho de Pearson, 2002.

de reforma. É aqui que Schmoller complementa seu ideal científico com o aparelho heurístico kantiano de reflexão teleológica: um apelo ao julgamento crítico para auxiliar na compreensão daquilo que não possui explicação causal confirmada, nesse caso, o desenrolar da história (Betz, 1995, p. 97).

É em tal estágio que sua análise transcende o papel causal das forças éticas e adentra em um âmbito em que os valores do sujeito em si passam a constituir uma parte importante. Schmoller, naturalmente, reconhece que ele agora não mais estaria lidando com verdades confirmadas, apesar de sua crença otimista, tanto no progresso quanto no desenvolvimento da ética em uma ciência empírica parecerem lhe fornecer todo o aporte epistemológico necessário.

A questão agora passa a ser em que medida Schmoller indica que seu método histórico pode contribuir para uma ética mais empírica. Poderíamos começar por listar, a partir daquilo percebido por Betz, alguns pontos que a abordagem do historiador econômico pretende evitar. Primeiro, ele rejeita a derivação de ideais universais de “algumas premissas abstratas de todos os fenômenos” (Schmoller, 1919, p. 123). Segundo, ele opõe uma infusão arbitrária de julgamentos éticos na economia: “o que se provou errado cientificamente não pode ser acreditado como razão ética” (Schmoller apud Betz, 1995, p. 99).

Em oposição, ele demanda que “cada cientista deve estar em posição de perceber se ele fala de esperanças estabelecidas, ou de esperanças, hipóteses, probabilidades” (Schmoller, 1911, p. 496). Isso leva a suas sugestões positivas. Primeiro, vimos como para Schmoller, com o avanço da civilização, a sequência psicológica-ético-causal assume um significado ainda maior. Portanto, o pesquisador, a partir de uma concentração ainda maior no fator humano em um quadro social, ganha um valioso conhecimento e continua a fazê-lo.

Esse ponto está ligado ao seu argumento, em segundo lugar, de que todo o indivíduo e toda a vida social englobam o estabelecimento de objetivos e de uma escolha de meios. Um melhor conhecimento histórico e psicológico irá revelar essas “propostas” – sua formação e substância –, que junto às causas representam os dois lados de uma mesma moeda (Anderson, 1971, p. 157). Em terceiro lugar, como exposto no tópico anterior, as ideias e os valores relevantes na argumentação de Schmoller são considerados objetivos e apartidários. E, finalmente, exis-

te o argumento de que, quando juízos de valor são pronunciados, eles foram purificados pelo desenvolvimento cultural, pela religião e, mais especificamente, “por um crescente conhecimento de todas as relações causais” (Schmoller, 1911, p. 493). As semelhanças com a proposta de Dilthey saltam aos olhos, de modo que o próprio Schmoller salienta seus empréstimos filosóficos:

Em qualquer instituição ou associação, cada indivíduo permanece com uma certa esfera de liberdade. Ela se estabelece em um contexto de estímulos propositais baseado em uma vontade majoritária de uma quantidade alta de indivíduos que possuem uma certa estrutura e constituição; as vontades se encontram em uma certa forma de cooperação (Dilthey), ao passo que por outro lado se encontram livres; o propósito comum é determinado, dessa forma, nessa estrutura, que se expõe gradualmente com seu caráter típico e um desenvolvimento histórico específico. (Schmoller, 1900, p. 62)

Fornecida a fortificação empírica da ética, permanecia a questão em sua substância específica, a respeito da essência do progresso a ser promovido. Schmoller fala sobre progresso econômico (um crescente padrão de vida para todos os indivíduos), mas apenas como um aspecto concomitante necessário para o progresso moral, intelectual e político gerais.

O Estado, a sociedade e cada indivíduo [...] devem ser guiados por um grande ideal. E esse ideal não deve ser outro diferente de facilitar a participação de um número cada vez maior de pessoas nos elevados bens da cultura, da educação e do bem-estar; esse é o maior desafio democrático do progresso, por parecer ser o grande objetivo da história mundial como tal. (Schmoller apud Boese, 1939, p. 10)

Quase ao fim do *Grundriss*, ele sugere uma reconciliação dialética entre o autointeresse (ego, individualidade) com o *Gemeinsinn* (sentido coletivo) e a justiça. Mais especificamente, seus padrões são a justiça distributiva e uma maior igualdade de oportunidades com o objetivo de eliminar o conflito de classes. No sentido de tal proposta, também é sugerido que a situação das classes baixas seja melhorada antes de qualquer outra. Para operacionalizar suas normas, Schmoller se baseia no Estado e particularmente na instituição de uma monarquia socialmente ativa, apoiada por um serviço público imparcial e dedicado (Anderson, 1971, p. 158).



Seu ideal de objetividade estaria, portanto – e apesar de não assumi-lo –, em sintonia com suas proposições políticas e sua visão de mundo arrelhiada com as contradições e diferenças sociais. Ao considerar a subjetividade e a diacronia da realidade histórica e da obtenção de conhecimento, Schmoller não evitava, todavia, de associar o percurso histórico com o desenvolvimento de determinados ideais transcendentais – tais quais o progresso e a harmonia social.

## Considerações finais

Vimos que o debate acerca da objetividade do conhecimento histórico está associado na moderna historiografia a uma complexa contenda a respeito dos valores e, sobretudo, da ética profissional na produção de um saber minimamente objetivo. Tendo seu zênite na assim chamada “controvérsia dos valores” ocorrida na atmosfera intelectual alemã de inícios do século passado, vimos, todavia, que sua origem remonta a um longo debate filosófico que possui grande expressão entre os membros da Escola Histórica Alemã de Economia, mais especificamente no trabalho de Schmoller.

Ao considerar uma possível solução para questões sociais da ordem do dia e o papel da economia na solução de tais contradições históricas, a “Nova” Escola Histórica Alemã de Economia, representada institucionalmente pela Associação de Política Social (*Verein für Sozialpolitik*), propunha uma visão de ciência com fortes inclinações éticas em seus fundamentos. Visando ao melhor entendimento das condições histórico-sociais que propiciaram o surgimento de tal particular visão científica, debatemos como o advento da indústria e a das massas na vida pública do Império Alemão pôde influenciar o aparecimento de posições como as de Adolph Wagner, Lujo Brentano e Schmoller.

Atendo-nos de maneira particular ao trabalho deste último, foi enfatizado que, nos escritos desse autor, a ética não possui ligação com uma filosofia moral sistemática. De modo a sintetizar as ideias do intelectual aqui expostas, poderia se dizer de uma forma geral que os ideais éticos de Schmoller foram bastante influenciados por sua concepção de responsabilidade social, sem, contudo, ser algo determinante na construção de sua epistemologia. Seus escritos se opunham veementemente ao rigor

conceitual dos economistas neoclássicos, apresentando uma multifacetada explanação da realidade a partir de uma forte ênfase na ética e na ciência histórica. Schmoller não pretendia de forma alguma desenvolver um sistema moral encerrado em si próprio, mas apontar as nuances e idiosincrasias dos sujeitos a partir de uma ênfase na ideia de individualidade.

Esse foco em desenvolvimentos históricos individuais o levaria à elaboração de sua própria noção de economia política, expressa no conceito de *Völkswirtschaftslehre* (“teoria econômica de um povo”), termo que estaria presente no título de sua obra mais completa. Longe de negar a ideia de subjetividade na produção do saber, Schmoller acreditava, todavia, na existência de valores objetivos na esfera social que deveriam ser perscrutados no processo de compreensão da realidade.

Vimos que, para o autor dos *Völkswirtschaftslehre*, os valores éticos eram tratados como fatos. Seu objetivo não era o de descrever o desenvolvimento da economia em um sentido restrito, mas na perspectiva ampla de uma economia sociológica. Para tal, o autor precisou lidar com a história e com a ética. Ao longo de sua jornada intelectual, ele enfrentou embates na defesa desses dois princípios, se considerarmos os atritos em nome da ciência histórica com Menger (*Methodenstreit*) e da ética com Weber (*Werturteilsstreit*).

O ponto do programa de pesquisa do autor não se baseava na aplicação de um tipo de teoria ética ou dogma a situações reais, mas em uma análise dos fatos no sentido de reconhecer o que poderia ser feito. Apenas nesse sentido a economia poderia ser considerada uma ciência moral. Distante de uma concepção dogmática ou encerrada em si própria, a ética científica de Schmoller visava fornecer um recurso holístico de compreensão prévia da realidade, de modo que a sua lógica do “dever ser” no mundo não se distanciava muito daquela defendida por Weber em sua concepção apriorística baseada na construção dos tipos ideais.

Por fim, como forma de apreender os nuançados desenvolvimentos de distintas individualidades históricas, o intelectual propunha uma metodologia baseada no conceito de teleologia. Como uma espécie de holismo metodológico, a teleologia de Schmoller visava à compreensão daqueles constituintes do agir humano não empiricamente apreensíveis, partindo do pressuposto de que existiriam tendências e finalidades gerais que pudessem iluminar a ação dos homens e o seu entendimento por parte do historiador, do economista ou do cientista social.

Tais debates em torno da ética e dos valores na pesquisa científica não poderiam ser compreendidos, entretanto, se não remontássemos à mais influente discussão filosófica acerca do tema durante as últimas décadas do século XIX alemão. Nesse sentido, buscou-se ressaltar como a porfia entre filósofos neokantianos e historicistas representou uma importante etapa no concernente à discussão sobre os valores e a produção do conhecimento na disciplina histórica naquele contexto.

Foi visto que, a partir da distinção entre as especificidades das ciências humanas e naturais, intelectuais como Rickert e Dilthey puderam perceber a importância àquela época de se restabelecer os limites da aquisição do conhecimento e o papel dos valores na produção de um saber objetivo nas ciências do espírito. Se Rickert apontava para o conhecimento apriorístico e a formulação de conceitos – tendo por base a noção de uma referência a valores externos e transcendentos como garantidores de uma isenção valorativa –, Dilthey se mostrava mais próximo de uma teoria compreensiva, que tinha por pressuposto apreender significados de vivências relacionadas à realidade humana, vista otimistamente como associada a desenvolvimentos ético-culturais individuais.

Schmoller, que assumira uma posição favorável à psicologia descritiva de Dilthey, manteria uma crença positiva nos “esforços culturais humanos” e o conseqüente estabelecimento das causas ético-psicológicas mais importantes como foco do cientista social. O estabelecimento de um objetivo e de meios para a aquisição deste por parte dos indivíduos estaria intimamente relacionado com a gradativa melhoria das condições de produção do conhecimento histórico e psicológico capaz de revelar a formação e a substância das “propostas” de determinada coletividade humana. Portanto, os “juízos de valor” seriam aclarados pelo conhecimento das relações causais, o que garantiria um melhor nível de objetividade ao pesquisador das ciências humanas.

Percebe-se desse modo que, baseado no proposto pela filosofia hermenêutico-psicológica de Dilthey e em oposição aos enunciados da filosofia neokantiana de Rickert – e posteriormente de Weber –, Schmoller se mantinha fiel aos esteios da tradição histórica alemã a respeito da objetividade do conhecimento. Buscou-se salientar, entretanto, que, longe de quaisquer simplificações ou desvios, as posições intelectuais do autor se puseram em sintonia com os principais debates epistemológicos do período. Apresentando uma teleologia e uma metodologia

“holística” um tanto otimistas do ponto de vista histórico, Schmoller sincronizava com os principais cânones do pensamento histórico alemão naquele momento, mantendo uma crença no caráter positivo da ciência, da política e da cultura germânicas no alvorecer do século XX.

Vimos, entretanto, que a manutenção de tal ponto de vista custou a Schmoller muitas páginas de digressões epistemológicas e embates político-acadêmicos a respeito das funções da ciência histórica e seu lugar na sociedade moderna. Se de alguma forma assumíssemos que Schmoller saiu derrotado de tais intrigas, estaríamos negando a existência de um longo debate em torno da ética e da objetividade na ciência histórica ao longo de mais de um século. Se, todavia, percebermos a importância de tais discussões no campo das ciências humanas ainda em nossos dias, veremos que as ideias de Schmoller obviamente não se esvaíram e continuam presentes em quaisquer debates que visem fornecer subterfúgios à problematização entre ética e produção do conhecimento também na multifacetada realidade pós-moderna em que vivemos.

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas

- DILTHEY, Wilhelm. *Selected works*. V. I: *Introduction to the human sciences*. Princeton University Press, 1991.
- SCHMOLLER, Gustav von. *Zur Geschichte der deutschen Kleingewerbe im 19. Jh.* Statistische und nationalökonomische Untersuchungen. Halle: Buchhandlung des Waisenhauses, 1870.
- SCHMOLLER, Gustav von. Die soziale Frage und der Preußische Staat. In: TREITSCHKE, Heinrich von. *Preußische Jahrbücher*. Bd. 33. Berlin: Georg Stilke, 1874a.
- SCHMOLLER, Gustav von. Über einige Grundfragen des Rechts und der Volkswirtschaft. Ein Offenes Sendschreiben an Herrn Prof. Dr. Heinrich von Treitschke. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, 23, 1874b.
- SCHMOLLER, Gustav von. Zur Methodologie der Staats und Sozial-Wissenschaften. *Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reich*, 7, 1883.
- SCHMOLLER, Gustav von. Die sociale Frage und der preussische Staat. In: SCHMOLLER, Gustav von. *Zur Social- und Gewerbepolitik der Gegenwart*. Leipzig: Duncker & Humboldt, 1890.
- SCHMOLLER, Gustav von. *Die Volkswirtschaft, die Volkswirtschaftslehre und ihre Methode*. Frankfurt (Main), 1893.

- SCHMOLLER, Gustav von. *Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Bd. 1. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.
- SCHMOLLER, Gustav von. *Grundriß der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. Bd. 2. Leipzig: Duncker & Humblot, 1904.
- SCHMOLLER, Gustav von. Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und –methode. In: FISCHER, Gustav. *Handwörterbuch und Staatswissenschaften*. Jena, 1911.
- SCHMOLLER, Gustav von. *Grundriß der allgemeinen Volkswirtschaftslehre*. München/Leipzig: Duncker & Humblot, 1919, 2 v.
- WEBER, Max. Die “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Berlin, 22–87, 1904.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

## Bibliografia

- ALTMAN, S. P. Schmoller’s political economy. *Journal of Political Economy*. University of Chicago Press, v. 13, n. 1, 1904.
- ANDERSON, Pauline R. Gustav Schmoller. In: WEHLER, H.-U. (ed.). *Deutsche Historiker*. V. 2. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1971.
- ASCHERSON, Paul. Gärtner, Joseph G. In: *Allgemeine Deutsche Biographie*. Band 8, S. 377–380, 1878.
- BAMBACH, Charles R. *Heidegger, Dilthey and the crisis of historicism*. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- BEISER, Frederick. Max Weber and the end of the historicist tradition. In: BEISER, Frederick C. *The German historicist tradition*. New York: Oxford University Press, 2011.
- BEISER, Frederick. *Late German idealism: Trendelenburg and Lotze*. Oxford University Press, 2013.
- BETZ, Horst K. The role of ethics as part of the historical methods of Schmoller and the older Historical School. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and contemporary theory*. Studies in economic ethics and philosophy. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 1995.
- BOESE, F. *Geschichte des Vereins für Sozialpolitik, 1872-1932*. Berlin: Duncker & Humblot, 1939.
- BORCHARDT, Knut. Commentary. NAU; Heino e SCHEFOLD, Bertram. *The historicity of economics: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th century economics*. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2002.
- BORCHARDT, Knut. Schmoller, Gustav Friedrich v. In: *Neue Deutsche Biographie* (NDB). Band 23. Berlin: Duncker & Humblot, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DIEFENBACH, Nicolas. *Historische Schule der Nationalökonomie in Deutschland*. Marburg, 2002.

- EKELUND, Robert B.; HEBERT, Robert F. *A history of economic theory and method*. 5. ed. Long Grove: Waveland Press, 2007.
- ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- GRIMMER-SOLEM, Erik. *The rise of historical economics and social reform in Germany, 1864-1894*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- HAINBUCH, Dirk; TENNSTEDT, Florian. *Biographisches Lexikon zur Geschichte der deutschen Sozialpolitik 1871 bis 1945*. Band 1: Sozialpolitiker im Deutschen Kaiserreich 1871 bis 1918. Kassel: Kassel University Press, 2010.
- HALLER, Markus. Mixing economics and ethics: Carl Menger vs Gustav von Schmoller. *Social Science Information*. London/Thousand Oaks/New Delhi, SAGE Publications, v. 42, n. 1, 2004.
- HUTCHISON, Terence W. Gustav Schmoller and the problems of today. *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)/Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, v. 144, n. 3, p. 527-531, 1988.
- IGGERS, Georg. *The German conception of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. Rev. ed. Middletown: Wesleyan University Press, 1983.
- JAAGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: eine Einführung*. C. H. Beck, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Preußen zwischen Reform und Revolution*. Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung von 1791 bis 1848. Stuttgart: Klett-Cotta, 1967.
- KOSLOWSKI, Peter (ed.). *The theory of ethical economy in the Historical School: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey and contemporary theory*. Studies in economic ethics and philosophy. Berlin/Heidelberg, Springer Verlag, 1995.
- KRIEGER, Leonard. *The German idea of freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1957.
- LENZ, M. H.; LOW, D. A. Der Methodenstreit – A Batalha dos Métodos: principais pontos do debate. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2013, Belo Horizonte. Belo Horizonte: SEP, 2013.
- LÓPEZ MORENO, Angeles. “*Comprensión*” e “*interpretación*” en las ciencias del espíritu: W. Dilthey. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.
- MAKKREE, Rudolf A. The problem of values in the late nineteenth century. In: POPKIN, Richard H. (ed.). *The Columbia history of western philosophy*. Columbia University Press, 1999.
- MARTINS, E. R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia F et al. (org.). *A dinâmica do historicismo*. Revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- MATA, Sérgio da. Heinrich Rickert e a fundamentação (axio)lógica do conhecimento histórico. *Varia História*. UFMG, v. 36, p. 347-367, 2006 (impresso).
- MATA, Sérgio da. *A fascinação weberiana*. As origens da obra de Max Weber. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

- NAPOLI, R. B. *Ética e compreensão do outro: uma interpretação da ética de W. Dilthey*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- NAU, Heino Heinrich. Gustav Schmoller's, 'historico-ethical political economy' –ethics, politics, and economics in the Younger German Historical School, 1860–1917. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 7, n. 4, p. 507–531, Winter 2000.
- PEARSON, Heath. The German Historical School of Economics: what it was not, and what it was. In: NAU, Heino e SCHEFOLD, Bertram. *The historicity of economics: continuities and discontinuities of historical thought in 19th and 20th century economics*. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2002.
- PEUKERT, Helge. The Schmoller renaissance. *History of Political Economy*. Duke University Press, v. 33, n. 1, p. 71–116, Spring 2001.
- REIS, J. C. A “Crítica histórica da razão”: Dilthey versus Kant. *Textos de História*. Brasília, v. 10, n. 1/2, p. 159–180, 2002.
- REIS, J. C. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. 2. ed. Londrina: EDUEL, 2005.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a Comunidade Acadêmica Alemã, 1890–1933*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- RINNE, Horst. Laspeyres, Étienne. In: *Neue Deutsche Biographie* (NDB). Band 13. Berlin: Duncker & Humblot, 1982.
- SCHIONOYA, Yuichi. *The soul of the German Historical School: methodological essays on Schmoller, Weber and Schumpeter*. The European Heritage in Economics and the Social Sciences (book 2). Springer, 2005.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Rationalism, religion, and domination: a Weberian perspective*. University of California Press, 1989.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo de valores. In: SOUZA, Jessé. *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- SCHÜLLER, Alfred; KRÜSSELBERG, Hans-Günter (Hrsg.). *Grundbegriffe zur Ordnungstheorie und Politischen Ökonomik*. 4. Marburg: Auflage, 1998.
- SCHUMPETER, J. Gustav von Schmoller und die Probleme von heute. *Schmollers Jahrbuch*, 50, p. 337–388, 1926.
- SHEEHAN, James. *German liberalism in the nineteenth century*. The University of Chicago Press, 1978.
- SHIONOYA, Yuichi. *The soul of the German Historical School: methodological essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter*. Springer, 2006.
- SMALL, Albion W. Some contributions to the history of sociology. Section XV. The restoration of ethics in economic theory. The professorial socialists. The Verein für Socialpolitik. *American Journal of Sociology*. University of Chicago Press, v. 29, n. 6, p. 707–725, 1924.
- SOLEM-GRIMMER, Erik. *The rise of historical economics and social reform in Germany, 1864–1894*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- WINKEL, Harald. *Die deutsche Nationalökonomie im neunzehnten Jahrhundert*. Darmstadt, 1977.